

**Manoel Lemes da Silva Neto**

Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Marcos, São Paulo. Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

# Cidades Inteiras de Homens Inteiros

## O espaço urbano na obra de Milton Santos



O texto apresenta um panorama do pensamento de Milton Santos sobre o espaço urbano: dos estudos desenvolvidos na Bahia nos anos de 1940 e 1950 às declarações que fez em reunião do DOCOMOMO, em 2000. As cidades do Terceiro Mundo foram objeto de sua constante preocupação. A importância dessa reflexão, que em muito transcende o campo da ciência geográfica, é estímulo para que outros investigadores prossigam com o seu trabalho.

*Palavras-chave: planejamento urbano, urbanismo, geografia urbana.*

This paper presents a view of Milton Santos work on urban space: from the texts he wrote in Bahia during the years 1940-1950, to the late statements he delivered during the DOCOMOMO meeting in 2000. Third World cities have always been at the center of his concerns. Such a constant and valuable reflection that goes indeed beyond the mere geographic field is a call for other researchers to carry on his work.

*Key words: urban planning, urbanism, urban geography.*

“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria inerte que seja trabalha-

da pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado.”<sup>1</sup>

Antes de tudo, este texto é um tributo a Milton Santos.<sup>2</sup> Geógrafo de espírito aberto, professor do espaço e do território, cujo pensamento prodigioso ajusta-se perfeitamente à urgentíssima tarefa de refletirmos o futuro das cidades. No Brasil, é empreitada inadiável. Em 2000, 81% da população brasileira vivia nas cidades. No estado de São Paulo, 93%. Pensá-las, assim, é também refletir a sociedade e o espaço que está sendo construído para abrigá-la. É questionar ainda se o que estamos encarando como cidade é realmente cidade.

A obra do professor Milton Santos é referência obrigatória para todos que estudam o espaço, especialmente aos urbanistas que se propõem a construir cidades. Seu trabalho não nos deixa esquecer compromissos sociais. Embora ostentados no discurso urbanístico, são, na prática, freqüentemente relegados a segundo plano. Do ponto de vista da planificação técnica do espaço, ele demonstrou, veementemente, que os rumos da cidade desenham-se melhor com ações do que por meio de planos e projetos feitos a lápis ou tinta. No campo da política, insistiu no reconhecimento dos direitos daqueles que não têm voz. Sua obra revela com nitidez que as cidades caminham aceleradamente para fazer funcionar tão-somente a economia. No entanto, só há um ponto de vista que vale a pena insistir na construção de um projeto de cidades: o do homem. Homens e mulheres que vivem na cidade.

Traduzir o projeto urbano que o professor Milton Santos tinha em mente não é fácil. Sintetizar seu pensamento, mais difícil ainda. E não pelo rigor científico do raciocínio, mas por esta razão: a sua irredutibilidade contra tudo que não fosse socialmente justo e moralmente aceitável. Enfim, falar da obra de um pensador de sua estatura moral, ética e científica é tarefa arriscada. Ao desafio, portanto.

A essência do trabalho de Milton Santos está no conceito fundamental de espaço, que lapidou cuidadosamente ao longo da vida para adquirir sua expressão mais perfeita, em 1996, na obra *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*.<sup>3</sup> A inteireza de seu entendimento sobre essa dimensão da existência social ajuda esclarecer a sua posição diante de um espaço formidável: o das cidades. Isto é, como olhava o espaço dos homens, o que vinha pensando a respeito do destino das cidades e que possibilidades políticas vislumbrava para direcioná-las adiante. Recorria a São Tomás de Aquino para lembrar que o passado é memória, o presente, intuição, e o futuro, esperança. Tinha um projeto de sociedade e, por isso, um projeto de cidade.

Milton Santos era um homem brasileiro. Ou melhor, um homem do Brasil, um brasileiro, um brasileiro. Para ele, cai melhor assim. Brasileiro designa mais uma profissão do que propriamente nacionalidade, a raiz de onde se nasce, a

nação verdadeira. Pois bem, Milton Santos, homem do Brasil, era formado em direito, mas, ainda estudante, ensinava geografia. Nasceu de uma família de professores primários. Talvez por isso e por sua formação jurídica percebeu que a origem das desigualdades estava no próprio espaço: na forma como as pessoas viviam, trabalhavam, produziam e se reproduziam. E entre as ciências humanas, a geografia é a disciplina que melhor compreende o lugar onde os homens vivem. Também, talvez por isso, seus primeiros livros mergulharam profundamente na

realidade de sua terra natal: a Bahia.<sup>4</sup> Milton Santos era baiano, um digno representante da cultura baiana. Sua maneira aguda de ver o mundo levou-o a interpretar o fenômeno espacial tão densamente que não só contribuiu para explicá-lo em funcionamento; acabou revolucionando o próprio método geográfico.<sup>5</sup> Detalhe: seu principal alvo não teria sido a geografia, mas, sim, compreender o espaço humano. É uma interpretação possível de sua obra. A geografia lhe oferecia as ferramentas analíticas adequadas para a empreitada. Tanto que



Vista da avenida Rio Branco, Centro do Rio de Janeiro. Correio da Manhã, Arquivo Nacional.

a influência de seu trabalho transcende as fronteiras da geografia e inunda outras áreas do conhecimento humanístico e as artes. Também é referência na saúde pública, na educação, atingindo o homem comum que percebe, em suas preocupações teóricas refinadas, elegantes e precisas, seu amor à humanidade. Daí a universalidade do pensamento *miltoniano*: preocupação constante com o espaço do homem.

Que a produção intelectual do professor Milton Santos seja essencial para contar a história do pensamento geográfico, não dá para questionar. O que não ficou suficientemente reconhecida é a importância de seu trabalho para a planificação.

Crítico ardoroso dessa “técnica de controle social”,<sup>6</sup> contribuiu para fazê-la avançar menos dogmática. Um livro, em particular, transformou a visão que se tinha do planejamento urbano e regional neste país na época em que foi lançado: *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*.<sup>7</sup> Pode-se até mesmo dizer que foi texto instaurador na área da planificação, inaugurando outras possibilidades teóricas e práticas de pensar o espaço das cidades e das regiões do Terceiro Mundo. Nesse livro, e mais em outro,<sup>8</sup> o professor Milton Santos esclareceu que as práticas de planejamento urbano e regional, tão em moda na década de



Fotografia de capa da primeira edição de *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, obra de Milton Santos.

1960, nada mais fizeram que manter desigualdades socioespaciais que no discurso alardeavam combater. A simplificação da realidade dos países pobres aos moldes do planejamento gerado no Primeiro Mundo semeava disparidades. Nosso espaço não é tão homogêneo. No mesmo lugar convivem ricos e pobres, cada qual fazendo girar a economia urbana à sua maneira, em circuitos diferentes, gerando espaços que convivem lado a lado, mas divididos por barreiras praticamente intransponíveis, por muros altos e grossos, estruturados pela história social. O planejamento consistia em peça ideológica deliberadamente favorável apenas àqueles que se beneficiavam com a manutenção do *status quo*. E hoje não é muito diferente. O planejamento não é remédio para a pobreza. É uma técnica, não uma política.

Assim, junto com outros textos não menos importantes que produziu nas décadas de 1970 e 1980,<sup>9</sup> revolucionou o modo de pensar a economia e a sociedade, lançando pistas ainda atuais para fundar novo projeto espacial.

Conseqüentemente, a contribuição no campo da geografia foi desdobramento natural de sua peculiar maneira de ver e interpretar o espaço dos homens. E mais. Aquelas preocupações teóricas fluíam de um intelectual autêntico, ativo na ação política. Seu discernimento teórico nascia da não condescendência radical a tudo que se antepusesse à idéia de que o futuro pertence à maioria, como gostava de dizer, citando Karl Marx. Daí a clare-

za de sua teoria, a força de suas palavras e o vigor de suas propostas. O intelectual, dizia, não pode prender-se a nada, a não ser às próprias convicções. E deve ter coragem para dizer o que pensa. Essa é a sua função social. A teoria está indissolúvelmente relacionada à práxis, ao plano da existência social de homens políticos. Ousando interpretar uma personalidade complexa como a dele, tal posicionamento inflexível conduziu uma forma original de ver o mundo e construiu um método.

Não admitia divisões, fragmentações. Perseguia a totalidade, a incomensurável teia de causas e conseqüências que dão a cada lugar do espaço, e a cada momento do tempo histórico, um sentido, um significado que atribui aos lugares papéis únicos com os quais colaboram para o funcionamento do mundo.

Disso não abria mão. Por mais inalcançável que fosse a tarefa, era uma meta a ser perseguida com o rigor do método e com trabalho incansável. Descanso, dizia, só o eterno. Para ele, o espaço, e qualquer lugar dele, só era possível de ser explicado pelo todo, ou pelo tudo que contém. Daí a enorme colaboração no campo da teoria espacial, que o levou a compor definições de efeito analítico inquestionável. O espaço é as pessoas e suas coisas. É a sociedade se distribuindo. É a paisagem que vemos junto com a sociedade que a anima, com suas histórias, culturas e modos de vida.

É também a economia, no sentido amplo da palavra, e não restrita a sinônimo do universo das finanças, porém vinculada à produção material e à imaterial da sociedade em plena atividade da existência política. Também o espaço se expressa por meio dos fixos: de tudo que está imobilizado na natureza natural ou na transformada. E dos fluxos: de pessoas, de capital e de informações. Por isso, o espaço pode ser compreendido por intermédio dos objetos – tudo que pode ser visto – e pelas ações que possibilitam. Espaço também é sistema. De ações e de objetos.

A profundidade e o alcance de suas formulações teóricas estão por ser explorados. E ainda há muito por fazer na construção do espaço capaz de unir homens em vez de separá-los. Para ele, o espaço não poderia ser tratado como mero depositário de coisas, como substrato pronto a receber passivamente objetos projetados. Ao contrário, é ativo, e reage contra o que não lhe interpreta corretamente a natureza social e histórica, técnica e política. Por exemplo, refuncionalizando-se, adequando-se ao uso social concreto.

O professor Milton Santos firmou aliança indissociável entre teoria e as perspectivas libertárias e transformadoras do espaço humano. Foi sobre isso que se debruçou ultimamente.<sup>10</sup>

Nas últimas palestras que fez a respeito do destino das cidades, deixou explícita a convicção de que é possível a constru-

ção de espaços urbanos solidários e comprometidos com o bem-estar de todos. Foi em Brasília, setembro de 2000, em reunião internacional do DOCOMOMO.<sup>11</sup> Disse, então, acreditar que o atual período histórico possibilita a construção de verdadeiras utopias. Utopias científicas. É “a primeira vez na história do homem, por conseguinte a primeira vez também na história do pensamento, em que o mundo se dá em todos os lugares na sua plenitude” de coisas e de relações. O mundo está no lugar, e o reflete, permitindo lidar com um discurso do futuro que se torna possível pela unicidade técnica do planeta. O espaço todo, finalmente em todas as suas dimensões – global, nacional, regional, local –, está presente, pela técnica, em quase todos os lugares. Isso permite identificar, experimentar e, porque não, reinventar os lugares sem risco de estarem em descompasso com os outros lugares e com o movimento do mundo. Basta disponibilizar o universo da técnica a serviço do projeto político nacional, voltado ao homem, à maioria da sociedade.

Nisto foi crítico ao afirmar que a política tende a ser “anti-republicana”, “anticidadã”, à medida que, nesse mundo tecnológico, a política vem se tornando tão “cientificizada e tecnificada” quanto à técnica, “plena de artificiosidade, plena de intencionalidade, fortemente sistêmica e invasora”... a serviço das empresas. A política, como arte de conduzir a sociedade, rendeu-se, transfigurou-se em técnica de fascinação das mai-

orias, a favor de projetos políticos dos agentes hegemônicos da globalização. Nesse cenário, o urbanismo tende a ser controlado pelas empresas, ele dizia. “As empresas governam mais que os governos”. É por isso que a competitividade manifestada pelas grandes empresas migra para o desenho das cidades, para torná-las, também, igualmente competitivas. E, conseqüentemente, ainda mais divididas. É a “concorrência exercida sem compaixão”, mas entre lugares. É a “guerra dos lugares”.<sup>12</sup>

E o problema é que esse comportamento poderá marcar o futuro do urbanismo se o sistema político vigente continuar. Como as empresas, a cidade deve fluir a

qualquer custo. Basta verificar o papel central que órgãos técnico-operacionais desempenham no planejamento viário das cidades, como a Companhia de Engenharia de Tráfego, em São Paulo. Ela é quem faz o planejamento urbano da cidade. O discurso técnico viabiliza a *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*.<sup>13</sup> Nela, os benefícios urbanos são mais e mais privatizados. Já os custos e prejuízos da urbanização, socializados.

Se o atual sistema político continuar, para garantir a fluidez das empresas, há que se alcançar a “fluidez potencial” das cidades, “do espaço urbano e do espaço em geral”. Impõe-se, como nunca, a ne-



Privatização do espaço público. Igreja na avenida Nazaré, no bairro do Ipiranga, São Paulo.

cessidade de modernização da cidade, o que os urbanistas chamam de renovação urbana. Só que essa “necessidade de explosão do novo”, como dizia, traz, por conseqüência, o “envelhecimento da cidade”. “A renovação de parte da cidade envelhece todo o resto” – “resto que não é alvo do urbanismo renovador, que se distancia da vida econômica, que é menos eficaz que aquela parcela enriquecida pelas grandes empresas”. A esse processo chamou de “envelhecimento precoce”, prematuro, da cidade.

A tecnificação da política, da política urbana e, conseqüentemente, do urbanismo, faz da renovação urbana um “instrumento de envelhecimento da cidade como um todo”. Conduz ao “agravamento dos contrastes, das diferenças de valor”. Promove “crescimento urbano mais conflitivo e sem controle social”. O urbanismo renovador, conclui, “produz mais problemas do que resolve”.

O que a verdadeira política urbana reclama é a atenção que devota aos moradores da cidade. É a perspicácia e o discernimento que deve ter para com o recrudescimento acelerado da crise urbana, que, no caso das metrópoles brasileiras, é movida pela pressão demográfica. Pelo poder do número. Pela gigantesca expressão numérica da maioria da população vivendo em cidades. E de suas condições de vida. De seu direito ao futuro.

Os grandes projetos que se intitulam motores de desenvolvimento – que ainda

pressupõem que “as coisas podem comandar a política” –, pois então, tais motores, projetos alavancadores, só o são para parte da cidade, e para uma parcela da população. O que a política urbana deve atentar é que o motor da crise urbana é a pobreza estrutural. “O campo se moderniza expulsando pobres” e a cidade os abrigam. Ela, em si, é “uma fábrica de pobres”. Torna-se “depósito de pobres”. A cidade “é o único lugar susceptível de fornecer atividades aos pobres”. São conclusões do professor Milton Santos. Ora, não é a isso que devem mover o olhar e a atenção política?

Nunca os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos ficaram tão explícitos. Nos semáforos, por exemplo. No movimento organizado dos pobres rurais e urbanos. A grande questão é que os circuitos excluem-se mutuamente, ao mesmo tempo em que se complementam. A arte política está no equacionamento do dilema, mas que só tem uma solução verdadeira, moral: o compromisso com a maioria. Historicamente, a divisão da cidade é também retrato da divisão das pessoas e do papel que desempenham no processo geral de produção e reprodução da economia. Cada um mora onde pode pagar, e paga de acordo com o que recebe por seu trabalho. A regra é simples, ao menos para os cidadãos que trabalham. Só que, hoje, o projeto da globalização, para realizar-se nos lugares, para se completar nos lugares, os fragmentam. Dividem-nos mais ainda e, freqüentemente, com prin-



cípios de racionalidade exógena, com racionalidades estranhas aos lugares e às pessoas que neles vivem.

Trata-se de uma fragmentação precipitada, aparentemente irreversível, inexorável, e tanto mais perversa quanto forem significativos valores culturais autênticos e enraizadores.

São Paulo foi cidade dotada de belos espaços públicos referenciais, hoje desaparecidos, extintos. Ou, por outra, substituídos pela sanha do sistema viário... esse “devorador de espaços”, para utilizar a expressão de Lewis Mumford, um historiador das cidades.<sup>14</sup> Assim a cida-

de não produz cidadãos. Melhor dizendo, uma cidade assim não pode produzir cidadãos completos, que se formam apenas no cotidiano, na lida diária com um espaço urbano à altura da dignidade humana. Quando isso acontece, o sentimento de cidadania se apequena, e esse cidadão imagina-se completo porque pode reivindicar serviços urbanos: transporte, educação, saúde, habitação etc. Estabelece com sua municipalidade, com o governo, uma mera relação de consumo, de consumidor de serviços públicos urbanos,<sup>15</sup> deixando de lado aspirações mais dignas, sonhos mais amplos, mesmo porque nem tem experiência vivencial



**Invasão da privacidade. Edifícios de apartamentos no bairro de Jardim América, São Paulo.**

para sequer formulá-los.

Fala-se muito da pouca eficácia das utopias, mas, utopia mesmo, é ficar duas, três, quatro horas em um ônibus. Utopia que se realizou graças à substituição de espaços humanos por espaços construídos para fazer funcionar as finanças das empresas, dos agentes hegemônicos da economia cada vez mais globalizada. Enfim, a vida em cidade só pode ser garantida pela política. Ela, sim, constrói cidadãos. Nessa direção, e recordando outras lições do professor Milton Santos, devemos voltar a tempos morais, para abolir o espaço sem cidadãos, para deixar o espaço e cidadãos fragmentados como coisas do passado.

O que dizer, como ele, das “mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente sem a menor consideração pelas pessoas?”<sup>16</sup> Essas interferências exemplificam o tipo de constrangimento que mina, aos poucos, o sentimento de cidadania. A política da cidade, a lei dominante é, via de regra, a regida pelo processo produtivo. E ela ofende, expulsa e desenraiza as pessoas, dizia ele.<sup>17</sup> Infelizmente, ainda, a lei dominante não é a lei que assegura o direito à cidade. Nem ao menos é a lei que garante o “direito ao entorno”,<sup>18</sup> o simples direito do cidadão reconhecer-se abrigado no lugar em que vive e poder interagir com os processos de reorganização espacial que venham a afetar diretamente o seu modo de vida. A ecologia – que sustenta o discurso da sustentabilidade

– não dá lugar à “ecologia abrangente” capaz de alcançar os “problemas em suas raízes”.<sup>19</sup> O problema, dizia ele, é o modelo produtivo que, “por definição, é desrespeitador dos valores desde os dons da natureza até a vida dos homens”.<sup>20</sup> E o direito aos espaços públicos, hoje privatizados e segregadores de cidadãos conforme seus bolsos? E o direito às montanhas, às praias, às calçadas, hoje impunemente privatizados? O lazer se torna pago.<sup>21</sup> E o direito à privacidade?<sup>22</sup> O que dizer dos edifícios de apartamentos que se invadem uns aos outros? Nos habitamos “à feiúra e ao abuso”.<sup>23</sup> E a poluição, que já está incorporada aos nossos espaços urbanos?<sup>24</sup> É um problema de saúde pública que nos satisfazemos em resolver informando pelo rádio, ou pelas placas nas ruas, que as condições atmosféricas do ar são absurdamente consideradas normais, quando favoráveis à dispersão de poluentes.

A sua conclusão é que o resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido materialmente, socialmente, politicamente, culturalmente e moralmente. O cidadão é impotente. O espaço em que vivemos mostra, na prática, que vivemos um espaço sem cidadãos.<sup>25</sup>

Portanto, no campo da ação política, da vida ativa, só nos resta ouvir a voz dos lugares, das áreas de identidade que reproduzem o cotidiano da prática social. Milton Santos costumava dizer que o século XXI será o século do direito e das ciências humanas. Preconizava, ainda,

que o atual período técnico-científico-informacional será sucedido pelo período popular da história, um tempo em que só a ação coletiva poderá ter êxito. A cultura popular é o fundamento desse novo período. Haverá espaço para nossa “flexibilidade tropical”, isto é, o nosso jeito de apropriar as técnicas e utilizá-las segundo nosso proveito. Os lugares ganharão força como “espaços do acontecer solidário”. O território não mais seria uma figura político-administrativa, definida por fronteiras e mapas, mas instância ativa da sociedade. O território usado, o território abrigo, o território de todos, o território normado, o território de todos brasileiros para uso extensivo dos cidadãos. O projeto é esse. Uma utopia científica possível com a elevação da política ao plano da existência social e

com as maravilhas da universalidade das técnicas. A cidade pode ser, se quisermos, um espaço de resistência, uma territorialidade organizada, que não implica fechamento para o mundo, mas de filtro para aquilo que não nos interessa participar e que nos prejudica.

Já estamos a caminho. Promover formas locais de organização e de desenvolvimento social traduzem a rota. Os planos e projetos que forem gerados nessa direção certamente colaborarão para fincar princípios políticos que garantirão o território usado por todos nós. As iniciativas locais nascerão no curso do período popular da história. À frente, não viveremos mais em pedaços, como pedaços, mas inteiros em cidades inteiras. Será prova de que Milton Santos, homem inteiro, cidadão brasileiro inteiro, vive. Ao trabalho, portanto.



# N O T A S

1. Milton Santos, *Pensando o espaço do homem*, São Paulo, Hucitec, 1982, p. 26.
2. Texto elaborado a partir de palestra proferida por ocasião do lançamento do Prêmio Milton Santos, na Câmara Municipal de São Paulo, em 25 de junho de 2003.
3. Publicado pela editora Hucitec, de São Paulo.
4. Milton Santos, *O povoamento da Bahia: suas causas econômicas*, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1948; *Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico*, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, Artes Gráficas, 1955; *Estudos de geografia da Bahia* (em colaboração com J. Tricart e outros), Salvador, Livraria Progresso Editora, 1958; *A rede urbana do Recôncavo*, Salvador, Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade Federal da Bahia/Imprensa Oficial da Bahia, 1959; *O centro da cidade de Salvador*, Salvador, Universidade Federal da Bahia/Livraria Progresso Editora, 1959.
5. Milton Santos, *Por uma geografia nova*, São Paulo, EDUSP/Hucitec, 1978.
6. Karl Mannheim, *Man and society in an age of reconstruction*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1940, apud Luiz Pereira, *Ensaio de sociologia do desenvolvimento*, 3. ed., São Paulo, Pioneira, 1970, p.14.
7. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1979. (Coleção Ciências Sociais).
8. Milton Santos, *Economia espacial: críticas e alternativas*, São Paulo, Hucitec, 1978.
9. Milton Santos, *Espaço e sociedade*, Petrópolis, Vozes, 1979; *A urbanização desigual*, Petrópolis, Vozes, 1980; *Pensando o espaço do homem*, São Paulo, Hucitec, 1982.
10. Milton Santos, *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, São Paulo, Record, 2000.
11. Documentation and Conservation of the Modern Moviment.
12. Milton Santos, *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*, São Paulo, Hucitec, 1996, p. 197-198.
13. Milton Santos, *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*, São Paulo, Nobel, 1990.
14. Lewis Mumford, *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*,. 2. ed., São Paulo, Martins Fontes, 1982.
15. Milton Santos, *O espaço do cidadão*,. São Paulo, Nobel, 1987, p. 40. (Coleção Espaços).
16. ibidem, p. 47.
17. idem.
18. idem.
19. idem.
20. idem.
21. ibidem, p. 48.
22. idem.
23. idem.
24. idem.
25. ibidem, p. 43-48.